

Por um desenvolvimento responsável

Clarice Seibel * e
André Carvalho **

Os pedidos, cada vez mais freqüentes, para que o Executivo estimule o desenvolvimento do País e conceda maior assistência à sociedade, em geral, e aos pobres, em particular, são legítimos e vêm em boa hora, mas jamais devem subentender menor rigor com o ajustamento fiscal. No Brasil de hoje, ninguém seria capaz de negar as difíceis condições de vida da população e a má qualidade do ensino, dos serviços de saúde pública, do transporte e da segurança, entre outros. Enquanto parecem evidentes as necessidades por maiores gastos públicos, também é evidente a escassez de recursos. Nesse contexto, os pedidos por desenvolvimento devem considerar a restrição orçamentária do governo, sob pena de serem acusados de "movimentos populistas". A reforma tributária e as medidas mais eficazes de estímulo às exportações são exemplos de medidas pró-desenvolvimento, entendidas de forma responsável.

Alguns meses depois de o programa de estabilidade monetária ter sido ratificado nas ur-

nas, a correção de rumo que se efetuou com a mudança de regime cambial elevou os custos da estabilização e alterou as demandas da sociedade. Em razão disso, é natural que o debate político tenha enriquecido, deixando de se restringir às questões associadas ao ajuste fiscal e passando a abarcar outros pontos, como a reforma tributária e as medidas mais eficazes de estímulo às exportações. Nos meses que se seguiram à desvalorização da moeda, o governo pouco fez para incorporar essas novas demandas da sociedade à sua lista de prioridades. Nessa época, o que se observou foi uma expressiva perda de popularidade governamental e sua falta de sucesso em fazer convergir os interesses dos partidos "aliados" para um projeto único. O resultado foi um período marcado pela sensação de imobilismo.

Em certos momentos fica a impressão de o projeto do governo federal estar dissociado dos anseios da população. Por vezes se considera como excessivo o esforço despendido pelo governo na aprovação das medidas de ajuste fiscal e insuficientes as preocupações com o bem-estar da população e a saúde do setor produtivo. Esse ar-

gumento ganhou força com a desvalorização, principalmente devido à expressiva perda de poder de compra dos salários e à elevação do custo das empresas. A nosso ver, é negável a necessidade de o governo se voltar mais para questões sociais e do setor produtivo, mas é inteiramente falsa a idéia de "excesso de esforço" pelas medidas fiscais. Acreditamos muito mais na crítica associada à morosidade com que as reformas estruturais estão sendo aprovadas e implementadas. Estamos no caminho correto, mas o estamos percorrendo a um ritmo lento demais. Para acelerar, é preciso ganhar apoio político e, para isso, o governo deve persistir no projeto da estabilidade monetária, aproximando-se mais da sociedade, ouvindo mais seus anseios. Não tratar como prioritárias apenas as questões ligadas ao ajuste fiscal, mas também a reforma tributária e as medidas mais eficazes de estímulo às exportações, demandas responsáveis de quem entende as restrições orçamentárias do setor público.

**Estamos no
caminho correto,
mas o estamos
percorrendo a um
ritmo lento
demais**

Em recente pesquisa, realizada entre os dias 28 e 30 de julho em parceria com o Instituto Vox Populi, a Fiesp/Ciesp perguntou a uma amostra representativa de seus associados quais seriam as duas principais medidas que o governo federal deveria tomar para melhorar a situação da indústria no Brasil. Dentre os itens mais citados pelos entrevistados, três se destacaram: a reforma tributária, com 82%; a redução dos juros, com 29%; e a disponibi-

lização de linhas de crédito para investimento, com 26%. Por um lado, observa-se a ampla conscientização quanto aos benefícios que resultariam da re-

forma tributária. Por outro, percebe-se com mais clareza a importância que a queda dos juros tem para os empresários, que não mencionam explicitamente preocupação maior com o ajuste fiscal, embora este seja capaz de criar condições para que os juros sejam mantidos baixos e em queda. Foi irrisório o número de entrevistados que citou a necessidade de o governo realizar a reforma da Previdência e o controle do déficit público. Isso su-

gere a necessidade de serem mais bem apresentadas as medidas tidas como prioritárias pelo governo para a população, seu significado e alcance.

Enfim, há muito o que pode ser feito pela sociedade, em geral, e pelo setor produtivo, em particular, sem comprometer o ajustamento fiscal. A Fiesp cumpre seu papel ao apontar para os principais entraves à atividade industrial e ao contribuir com propostas para sua remoção, a exemplo do que está sendo feito quanto à reforma tributária e às medidas de estímulo ao setor exportador. É preciso que o governo trate as novas demandas da sociedade como prioritárias e passe a conceder-lhes a atenção devida, sob pena de agravar o sentimento de frustração que tem caracterizado os resultados das recentes pesquisas de opinião. Afinal, são demandas responsáveis, que têm ampla aceitação na sociedade e não ferem os alicerces do plano de estabilização. ■

* Diretora titular do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp/Ciesp.

** Economista-chefe do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp/Ciesp.